

1 **Ata da 11ª Reunião Ordinária do CMPC Joinville.**

2 **04 de junho de 2012- Sala 8 - Centro de Convenções Alfredo Salfer.**

3 Aos quatro dias do mês de junho de dois mil e doze, às quatorze horas, na sala 8 do Centro de Convenções
4 Alfredo Salfer, no Centreventos Cau Hansen, em Joinville - SC, realizou-se a 11ª Reunião Ordinária do
5 Conselho Municipal de Política Cultural de Joinville - CMPC-Jlle, conforme convocação da diretoria do
6 CMPC-Jlle, presidente Ilanil Coelho e vice-presidente Ascânio Pruner, para tratar da seguinte ordem do dia:
7 1) Aprovação da ata da reunião anterior; 2) ofício a ser encaminhado à Câmara de Vereadores ref. a Feira
8 do Livro; 3) homologação da indicação de representante para Conselho Consultivo; 4) entrega do projeto
9 final da ELAC - Borges; 5) política cultural em Santa Catarina; 6) informes gerais. Ilanil iniciou a reunião
10 informando que são vários os pontos de pauta e sugere sua reordenação para a inclusão de outras
11 solicitações, ficando da seguinte forma: 1) aprovação da ata da reunião anterior; 2) ofício para a Câmara de
12 Vereadores, referente à Feira do Livro e ofício referente à consulta ao Executivo (tema da última reunião); 3)
13 homologação da indicação de representante para o Conselho Consultivo e para o COMPHAAN (este não foi
14 submetido ainda); 4) entrega do projeto final da ELAC, com Borges; 5) política cultural em Santa Catarina,
15 com Caroline; 6) carta de Denis Radun; 7) calendário anual para os fóruns setoriais. Ilanil pediu que
16 tratassem primeiramente dos assuntos pendentes da pauta da última reunião, que são o relato de
17 experiência no Conselho Municipal de Política Cultural (proposta de estudo de Caroline Lisa); e ainda, uma
18 demanda do setor de dança, com Maycon; quanto ao fórum catarinense, sugeriu que o assunto seja tratado
19 na próxima reunião. A pauta foi aprovada. A presidente procedeu expediente quanto às justificativas de
20 ausência de Ilcirene Dias, Nadja Lamas, Silvestre Ferreira, Gabriel Chati, Marco Chianello, Carlos Alberto
21 da Silva e Jenifer Leu. Neste momento colocou a ata em aprovação. A ata foi aprovada. Passou então ao
22 segundo ponto da pauta, lembrando a todos sobre a consulta que a Câmara de Vereadores fez a este
23 Conselho, solicitando a opinião sobre o projeto de lei que "inclui no calendário oficial de eventos do
24 município, a Feira de Livro de Joinville, a ser realizada no mês de abril, e dá outras providências". Disse que
25 o projeto de lei é bastante simples e foi lido na última reunião. Ilanil apresentou a proposta de ofício, que se
26 comprometeu em trazer para esta reunião. "Este Conselho deliberou, na reunião do dia dois de abril, por
27 uma posição favorável, destacando a necessidade de estabelecer, juridicamente, os marcos que deverão
28 regular a criação e composição de uma instância deliberativa, composta pelo Instituto Feira do Livro, Poder
29 Executivo Municipal e representantes da sociedade civil, ligadas ao setor de livro e leitura. Informou que tal
30 instância deverá ser responsável pelo estabelecimento de diretrizes de autorização, temas, agenda,
31 curadoria e recursos orçamentários para a realização anual do evento; solicitou também que seja
32 apresentado relatório do evento quando do término de cada edição, tal qual é feito pelo Instituto Festival de
33 Dança em relação ao Festival de Dança de Joinville". O ofício foi aprovado. Ilanil apresentou proposta do
34 segundo ofício, que será enviado ao prefeito municipal e trata do que foi apresentado pelo Silvestre sobre a
35 situação dos equipamentos culturais da cidade. Esclareceu que analisou novamente o relatório do Silvestre
36 e constatou que muitos projetos que estão sendo captados referem-se à manutenção preventiva. Submeteu
37 o ofício para aprovação do Conselho. Foi aprovado. Maria Ivonete lembrou que o processo de manutenção
38 das unidades que são patrimônio da Prefeitura é de responsabilidade da Unidade de Obras, junto ao
39 Seinfra. Ilanil disse que não há uma dotação orçamentária regular para os equipamentos da Fundação
40 Cultural. Maria Ivonete lembrou ainda, que há uma separação do que é reforma e o que é construção.
41 Charles explicou como funciona a questão de contratação de obras e falou sobre o processo licitatório que
42 está em andamento; disse que essa questão não invalida o ofício a ser encaminhado ao poder executivo.
43 Ilanil colocou que é o objetivo é exatamente que os esclarecimentos venham do próprio gestor. Raquel
44 colocou que deve-se cuidar sempre com o que é real e o que é possível; disse que pode até estar escrito
45 que a Seinfra é responsável mas não é o que acontece, pois ela não consegue atender toda a cidade. Ilanil
46 esclareceu que foi solicitado ao presidente Silvestre um relatório, do que estava sendo feito nas unidades
47 da Fundação Cultural, e o que se percebeu é que muitos projetos se referiam a manutenção cotidiana, como
48 o reparo em calhas, fios elétricos, e que isso cria dificuldades aos próprios gestores, inviabilizando a
49 regularidade em atender ao público; com isso foi deliberado por este conselho o envio de uma consulta ao
50 prefeito; disse ainda que se houver uma verba regular, as ações poderão ser planejadas, separando o que é
51 reparo, investimento ou modernização por exemplo. Maria Ivonete disse que é importante conhecer os
52 processos, porque é da responsabilidade, sim, da Unidade de Obras; e é da responsabilidade de todas as
53 Fundações cobrarem essa responsabilidade, porque está na lei orgânica do município que compete a esta

54 secretaria fazer o serviço. Disse ainda que se ela não tem recursos, se não tem orçamento, se não executa,
55 deve ser pontuado para que ela discuta com o Executivo se ela serve ou não à função para a qual ela
56 existe e cabe ao Executivo resolver o assunto. Colocou que uma das alternativas seria delegar às
57 fundações que elas tenham rubrica própria para esse tipo de questão, porque o dinheiro para licitar
58 empresas terceirizadas para fazerem esses serviços, é retirado dos processos administrativos. Charles
59 colocou que a carta não confunde orçamento com repasses regulares. O ofício foi aprovado. No item quatro
60 da pauta, Borges comunicou que está sendo entregue, no gabinete, o projeto final da Escola Livre de Artes
61 Cênicas – ELAC, que foi apresentado a este plenário em reunião anterior; lembrou ainda que, pensada e
62 motivada por conta da demanda por formação artística na cidade, a ELAC iniciará seus trabalhos nas
63 dependências da Casa da Cultura Fausto Rocha Júnior. Borges apresentou um painel onde abordou os
64 vários aspectos do projeto; disse que no início a Udesc procurou a Fundação Cultural para desenhar uma
65 parceria com a Escola de Firenze e devido a vários setores esse processo ficou estacionado, porém a
66 Udesc está articulando-se novamente com a Fundação para uma nova proposta de parceria. Charles
67 também abordou o assunto e falou sobre como iniciou a articulação com a Udesc. Ilanil sugeriu que a
68 Fundação faça um convite a Udesc para que apresente o projeto da escola de artes ao plenário. Neste
69 momento o projeto da ELAC foi referendado pelos conselheiros que o aplaudiram. Ilanil passou ao item
70 cinco, sobre a situação da Política Cultural em Santa Catarina, que foi apresentado por Caroline Lisa, a qual
71 solicitou ao plenário iniciar sua fala pelo relato de sua experiência no programa de formação de
72 Conselheiros Nacionais; disse que se sentiu responsável em trazer essas informações a este Conselho,
73 justificando que foi principalmente a ligação que teve com o Conselho de Cultura de Joinville que a motivou
74 a participar do processo de seleção, que aconteceu em dois mil e dez e que reabre este ano, para os
75 conselheiros interessados em se especializarem. Explicou que é uma pós-graduação oferecida pela
76 Universidade Federal de Minas Gerais em parceria com a Secretaria Geral da Presidência da República
77 para a formação de conselheiros nacionais; disse que foi uma experiência enriquecedora e tem vontade de
78 dividir com todos o que se aprende nesse curso, como o que está sendo discutido, no âmbito nacional,
79 dentro de outros conselhos e outras estruturas. Explicou que escolheu, como objeto de pesquisa de sua
80 monografia, o Conselho de Cultura de Joinville e versará sobre a transformação de Conselho de Cultura
81 para Conselho de Política Cultural, e que por isso precisará da ajuda de todos na construção de sua
82 monografia, por meio de entrevistas, questionários e documentações que precisa levantar para que possa
83 narrar os desafios e conquistas que o município de Joinville obteve com essa mudança. Charles colaborou
84 explicando porque o governo decidiu investir nesse programa, que surgiu por conta de uma demanda do
85 Conselho Nacional, o qual sentia uma carência na questão da formação dos conselheiros nacionais, que
86 repercutia na melhor atuação deles nos conselhos; disse ainda que isso não impede que conselheiros
87 estaduais e municipais e demais interessados possam concorrer às vagas. Neste momento Carol passou a
88 explanação sobre os problemas de ordem de gestão do governo do estado de Santa Catarina; disse que a
89 partir da divulgação da suspensão do lançamento do edital Elisabete Anderle, tão esperado pelos artistas e
90 gestores culturais, começou a acontecer um movimento de articulação por iniciativa da cinemateca
91 catarinense, que, preocupada com a notícia, entrou em contato com várias entidades, inclusive com a
92 Federação Catarinense de Teatro, a qual Caroline faz parte da diretoria, e assim começou esse movimento
93 motivado não só por isso, mas também por todo o atraso no processo de construção da política cultural
94 catarinense, que levou esse grupo a uma série de discussões e à criação do Fórum Catarina de Cultura
95 para que se pudesse narrar toda essa defesa do movimento da sociedade civil com relação a estruturação
96 de uma política cultural por Santa Catarina; informou ainda que o blog
97 <www.forumcatarinadacultura.blogspot.com> serve para que todos possam contribuir com esse histórico
98 para transformá-lo em um sujeito político. Caroline disse que o blog traz informações e reivindicações,
99 principalmente sobre a função do Conselho Estadual de Cultura, o grande problema que há hoje em Santa
100 Catarina, pois ele não consegue atuar devido a função de análise de grande quantidade de projetos que
101 nem ao menos é respeitada pelo governo, que acaba aprovando apenas os projetos de seu interesse.
102 Concluiu sua fala solicitando aos conselheiros que fiquem atentos a esse site e disse que, de todas as
103 reivindicações da classe, a principal é de ser permitida sua participação. Ilanil comentou que o movimento
104 social tem validade, pois impulsiona essas questões, porém sugere que as pessoas se manifestem na
105 instância do conselho, porque desta forma poderá utilizar como estratégia o cumprimento da lei, inclusive
106 com adesão de outros conselhos, de outros municípios, fortalecendo assim a reivindicação de querer ter um

107 Plano Estadual de Cultura alinhado ao Plano Nacional e aos Planos Municipais. Carol também informou que
108 a Regional do MinC está promovendo reuniões interconselhos de cultura, sendo que o próximo será em
109 Santa Catarina e que este Conselho será chamado a reunir-se com os outros conselhos de cultura para
110 discutir sobre a política do estado juntamente com o Ministério da Cultura; também lembrou que o governo
111 do estado irá começar a realizar suas reuniões de consulta para o PEDIL, que é o Plano Estadual de
112 Desenvolvimento Integrado do Lazer, o qual fazem parte as áreas de cultura, esporte e turismo. Maria
113 Ivonete pediu a palavra para reforçar o que Caroline acabou de colocar em relação à cultura; disse que o
114 comportamento do governo do estado está caótico, que há um descontentamento também da área de
115 turismo; socializou com os conselheiros que, por meio do fórum de instância de governança, está se
116 articulando, entrando com uma representação junto ao Ministério Público, por meio de documento oficial,
117 contendo a assinatura de vinte municípios da região norte, documento este que solicita esclarecimentos
118 dessa gestão estadual quanto a dois pontos: “a formação e as competências do Conselho Estadual de
119 Turismo e quanto aos editais e ao processo de sistematização e encaminhamento do fundo de turismo”.
120 Sugeriu ao plenário a articulação de uma ação entre o turismo e a cultura que reforce esse documento.
121 Juliana Alcântara relatou que o problema que foi colocado nesta reunião é o mesmo nas diversas áreas do
122 estado, é uma realidade generalizada e sugeriu que este conselho impulse uma ação coletiva no sentido
123 de unir os diversos conselhos de políticas. Lausivan confirmou a colocação e disse que pôde perceber
124 durante o fórum do Congesc que a indignação é generalizada. Charles também acha interessante que este
125 conselho se manifeste oficialmente, visto que Joinville tem grande reconhecimento, por parte dos municípios
126 tanto do estado, quanto do Brasil, pelo avanço das políticas de gestão que há nesta cidade; Charles diz
127 ainda que as contribuições que foram trazidas nesta reunião foram muito importantes e talvez sejam a
128 alavanca para um encontro de conselhos municipais, pois existem problemas comuns em diversas áreas;
129 disse que sua sugestão é que este conselho chame um fórum de conselhos municipais.
130 Ilanil pontuou a necessidade de buscar mais elementos, ter um aprofundamento da lei, pensar nas
131 estratégias; disse que pode ser trazido para uma próxima reunião os resultados de alguns estudos sobre os
132 conselhos, um quadro dos municípios e estados que já aderiram ao Sistema, para então fechar um
133 encaminhamento definitivo; sugeriu uma reunião extraordinária para o dia vinte e cinco de junho que foi
134 aprovada. Carol lembrou que os agentes de cultura estão sendo chamados para um grande movimento que
135 é o processo de eleição dos representantes para Conselho Nacional e seus colegiados setoriais, que irão
136 demandar a disposição dos candidatos, para estarem participando presencialmente ou virtualmente.
137 Ilanil passou ao último ponto de pauta e leu a carta de Denis Radun que acabara de assumir um cargo
138 público ficando, desta maneira, impossibilitado de assumir a cadeira de teatro e circo na próxima gestão;
139 informou que será necessário a convocação de fórum para eleição do substituto de Denis Radun. Charles
140 esclareceu a situação, que é omissa ao regimento e disse que este encaminhamento precisa ser aprovado
141 pelo plenário, conforme o regimento. Carol pediu a palavra para esclarecimento de uma dúvida a respeito
142 da homologação dos conselheiros eleitos nas pré-conferências, e que não estavam presentes na
143 Conferência. Ilanil explicou que o caso do teatro e circo não foi o único em que o representante eleito não
144 estava presente e deliberou que será eleito no próximo fórum um substituto apenas para o conselheiro
145 titular. Encaminhou ao plenário e a deliberação foi aprovada. Amarildo, conselheiro da área de teatro e circo
146 fez o convite aos conselheiros para participarem do Fórum que ficou agendado para o dia dez de junho, no
147 Galpão da Ajote. Ilanil parabenizou os conselheiros eleitos no último fórum de patrimônio e passou a
148 palavra ao Charles que explicou a questão da representação no Conselho Nacional de Cultura. Charles
149 disse que enviou um manifesto, na qualidade de conselheiro nacional, no sentido de chamar a atenção para
150 o processo de eleição dos membros do colegiado nacional; explicou como se dá esse processo:
151 primeiramente a pessoa deve cadastrar-se no portal do Minc, tanto como eleitor como candidato a delegado
152 estadual; cada inscrito poderá escolher apenas uma área; serão eleitos seis delegados de cada setor,
153 sendo três titulares e três suplentes. São dezenove as áreas existentes no Conselho Nacional que possui
154 quinze membros da sociedade civil, e para escolher esses quinze membros são eleitos três delegados de
155 cada estado, que irão a Brasília, no fórum nacional setorial, com todas as despesas pagas, onde serão
156 eleitos os membros para comporem o Colegiado Nacional. A eleição setorial estadual poderá ser virtual ou

157 presencial, porém em Santa Catarina defendem-se as reuniões presenciais; Charles declarou que o apelo
158 que se faz aos membros da sociedade civil é que se inscrevam nesse processo, divulguem junto aos fóruns
159 municipais, que são a base de cada um; disse que é preciso que se tenha mais representantes de Joinville
160 nos colegiados, porque hoje há somente ele. Sem mais nada a tratar, a presidente agradeceu a presença
161 de todos e deu por encerrada a reunião, que foi secretariada por Janaína Alves, que assina o presente
162 documento juntamente com os conselheiros presentes.

APPROVADA